

## CONCURSO PÚBLICO

Aquisição de Serviços:

“Aquisição de serviços de limpeza em edifícios municipais afetos à Divisão de Desenvolvimento Sociocultural - ano 2017/2018”

Valor Base: 64.397,00 €

## RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DE PROPOSTAS

(artigo 148º do CCP)



## ÍNDICE

1. Introdução .....	3
2. Questões suscitadas em audiência prévia .....	3
3. Conclusão .....	4

*[Handwritten signature]*

## 1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 148.º do CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP), aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, aos 07 dias do mês de agosto de 2017, reuniu nas instalações desta Entidade, sita no edifício dos Paços do Concelho, o júri do procedimento, designado para o concurso público da " Aquisição de serviços de limpeza em edifícios municipais afetos à Divisão de Desenvolvimento Sociocultural - ano 2017/2018", a fim de se proceder à elaboração do Relatório Final.

Em tempo oportuno, o Júri procedeu à apreciação das propostas e, em função da aplicação dos critérios que haviam sido fixados, propôs a ordenação das mesmas, para efeitos de adjudicação, conforme resulta do Relatório Preliminar (Anexo I), enviado a todos os Concorrentes, para efeitos de Audiência Prévia, nos termos previstos dos artigos 147.º e 123.º, do CCP.

Foi apresentada pronúncia relativa em sede de audiência prévia em relação àquele documento pela Concorrente n.º 4 – BB Facility Services, Lda. (Anexo II).

## 2. QUESTÕES SUSCITADAS EM AUDIÊNCIA PRÉVIA

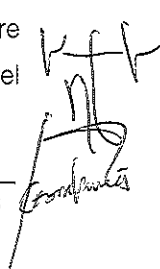
No ponto 4 da sua pronúncia o concorrente B.B refere que a proposta do concorrente Vitorino Rodrigues, adiante V.R, não apresenta as condições de pagamento nem o prazo de manutenção da proposta. Entende o concorrente B.B, no seu ponto 6 que estas situações devem determinar a exclusão da proposta nos termos do ponto 3 do art.º 13.º do Programa de Procedimento e art.º 146.º do Código dos Contratos Públicos.

Na análise das propostas apresentadas o Júri do procedimento constatou que na proposta do concorrente V.R não eram feitas referências às condições de pagamento nem ao prazo de validade da proposta submetida.

Relativamente às condições de pagamento a entidade adjudicante define-as no art.º 14.º do Caderno de Encargos e fá-lo de forma peremptória e definitiva, não admitindo condições diferentes daquelas.

Quanto ao prazo de manutenção das propostas, também aqui a entidade adjudicante a define de forma peremptória e definitiva, no art.º 11.º do Programa de Procedimento, não admitindo prazo diferente daquele.

Objectivamente constata-se duas omissões quanto à forma de apresentação da proposta do concorrente V.R na medida em que aquela não apresenta os dois aspectos acima referidos. O Júri entendeu que estas omissões, porque é disso que se trata uma vez que o concorrente na sua proposta não apresenta condições diferentes das constantes nas peças patenteadas a concurso, não prejudicam o mérito da proposta apresentada pelo concorrente V.R por se tratarem de irregularidades menores. Além disso o critério de adjudicação previamente definido é o do mais baixo preço pelo que as propostas submetidas não são avaliadas, sendo isso sim analisadas. Deste modo, e porque no entender do Júri não estão postos em causa quaisquer princípios, sobretudo os de transparência, igualdade e da livre concorrência, a sanção de exclusão da proposta é uma medida manifestamente excessiva e não aplicável no quadro em questão.



No ponto 9 da sua pronúncia, o concorrente B.B refere também que o documento Proposta de Preço apresentado pelo concorrente V.R não contém o último paragrafo do denominado Anexo III, que consta das peças patenteadas no procedimento concursal.

Também esta omissão foi devidamente observada pelo Júri do procedimento e, uma vez mais, da análise aos documentos apresentados pelo concorrente V.R considerou-se o disposto no n.º 3 do Anexo I que refere expressamente "*... Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.*"

À semelhança das omissões acima referidas, também esta não coloca em causa a validade da proposta nem belisca minimamente o seu mérito, sendo uma irregularidade que não confere à proposta apresentada qualquer privilégio ou dispensa de cumprimento do Caderno de Encargos, uma vez que a mesma na parte final do primeiro parágrafo do Anexo I declara sob compromisso de honra que "*... se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas*".

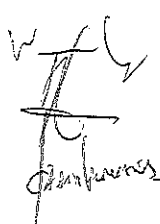
O concorrente B.B requer ainda no ponto 14 da sua pronúncia a exclusão da proposta apresentada pelo concorrente Vadeca, sustentando a sua argumentação no facto da proposta do concorrente referido apresentar um prazo relativo à validade da proposta de 90 dias prorrogável sucessivamente por períodos de 30 dias.

Quanto a esta questão, reafirma-se o já acima exposto, isto é, considerou-se ser uma irregularidade menor, para a qual se considera ser excessiva a exclusão da proposta apresentada.

Em conclusão, o Júri do procedimento reconhece a existência de omissões nas peças que constituem a proposta apresentada pelo concorrente V.R que configuram, na opinião do Júri, irregularidade menores que não colocam em causa princípios fundamentais da contratação pública, tais como o princípio da transparência, igualdade, da boa-fé e livre concorrência. Considerou-se ainda o facto de que o critério de adjudicação do presente procedimento concursal é o do mais baixo preço, e como a proposta do concorrente V.R é a que apresenta o preço mais baixo é também, no entender do Júri, aquela que melhor defende o princípio do interesse público. Reconhece-se também que quanto ao prazo de manutenção da proposta do concorrente Vadeca a redacção deste aspecto pode suscitar reservas mas permite atingir o prazo pretendido de 120 dias.

### 3. CONCLUSÃO

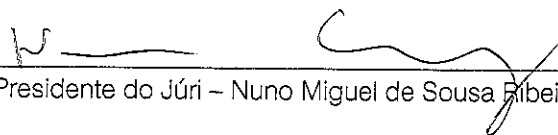
Face ao acima retratado, o Júri, por unanimidade, decide não acolher nenhuma das questões apresentadas na pronúncia submetida pelo concorrente B.B. Facility Services, Lda, mantendo o teor e conclusões do Relatório Preliminar, e propor a adjudicação, ao concorrente n.º 5 Vítorino Rodrigues, pelo valor de 57.957,31 € (Cinquenta e sete mil novecentos e cinquenta e sete euros e trinta e um cêntimos), não incluindo p imposto sobre o valor acrescentado (IVA).



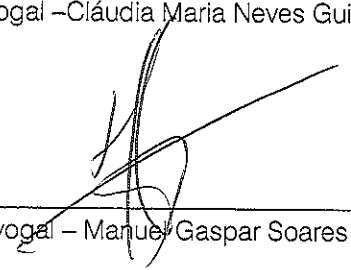
E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrado a presente relatório, que depois de lido e confirmado vai ser assinado pelos membros do júri.

Paços do Concelho, 7 de agosto de 2017

O JÚRI DO PROCEDIMENTO,

  
\_\_\_\_\_  
(Presidente do Júri – Nuno Miguel de Sousa Ribeiro Soares)

  
\_\_\_\_\_  
(Membro efetivo - 1º vogal – Cláudia Maria Neves Guimarães)

  
\_\_\_\_\_  
(Membro efetivo – 2º vogal – Manuel Gaspar Soares Cerqueira)



## CONCURSO PÚBLICO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:

“Aquisição de serviços de limpeza em edifícios municipais afetos à Divisão de Desenvolvimento Sociocultural - ano 2017/2018”

Valor Base: 64.397,00 €

## RELATÓRIO PRELIMINAR DE ANÁLISE DE PROPOSTAS

(artigo 146.º do CCP)

*[Handwritten signatures and initials]*

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezassete, pelas dez horas, reuniu o júri do procedimento designado por deliberação da Câmara Municipal de 12/06/2017, para o concurso público de "Aquisição de serviços de limpeza em edifícios municipais afetos à Divisão de Desenvolvimento Sociocultural - ano 2017/2018", composto por Nuno Miguel de Sousa Ribeiro Soares, que presidiu, Cláudia Maria Neves Guimarães e Manuel Gaspar Soares Cerqueira, que secretariou, a fim de se proceder à apreciação e análise das propostas e elaborar o Relatório Preliminar com a ordenação das mesmas.

O preço base do concurso é de 64.397,00 € (Sessenta e quatro mil trezentos e noventa e sete euros), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

As propostas patentes ao concurso são as constantes no quadro seguinte:

Quadro 1 – Propostas e concorrentes presentes a concurso

N.º Ordem	Dia/hora	Concorrente	Valor da proposta
1	14-07-2017 12:50:23	CLECE, S.A.	0,01 €
2	19-07-2017 14:01:14	VADECA FACILITY SERVICES, S.A.	59.280,00 €
3	20-07-2017 10:37:58	Aveiclean, Limpeza e Conservação, Lda.	0,50 €
4	20-07-2017 11:42:11	B.B. Facility Services, Unip. Lda	60.959,88 €
5	21-07-2017 10:52:54	Vitorino Rodrigues	57.957,31 €
6	21-07-2017 13:34:46	SAFIRA FACILITY SERVICES, S.A.	0,10 €
7	21-07-2017 15:30:05	Higireal -Serviços de Limpeza,Lda	113.700,00 €
8	21-07-2017 16:03:44	Euromex - Facility Services, Lda.	64.080,00 €

O critério estabelecido para a adjudicação é o do mais baixo preço, atendendo ao disposto no artigo 74.º, do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro

O Júri analisou as propostas apresentadas, tendo deliberado, por unanimidade, propor a admissão/exclusão das seguintes propostas pelos motivos e com os fundamentos a seguir indicados:

Proposta n.º 1, CLECE, S.A.

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 0,01 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (19.320,00 €).

A proposta foi submetida sem a totalidade dos documentos exigidos no artigo 8.º do Programa de Procedimento.

Face ao disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de Janeiro a proposta é excluída.

Proposta n.º 2, VADECA FACILITY SERVICES, S.A.,

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 59.280,00 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (64.397,00 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 8.º do programa de procedimento, pelo que a proposta é admitida.

Proposta n.º 3, Aveiclean, Limpeza e Conservação, Lda.,

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 0,50 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (64.397,00 €).

A proposta foi submetida sem a totalidade dos documentos exigidos no artigo 8.º do Programa de Procedimento. Face ao disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de Janeiro a proposta é excluída.

Proposta n.º 4, B.B. Facility Services, Unipessoal, Lda.,

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 60.959,88 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (64.397,00 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 8.º do programa de procedimento, pelo que a proposta é admitida.

Proposta n.º 5, Vitorino Rodrigues,

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 57.957,31 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (64.397,00 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 8.º do programa de procedimento, pelo que a proposta é admitida.

Proposta n.º 6, SAFIRA FACILITY SERVICES, S.A.,

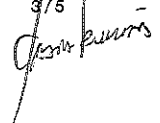
O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 0,10 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (64.397,00 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos não foram entregues na totalidade e não cumprem formalmente o exigido no artigo 8.º do programa de procedimento, pelo que a proposta é excluída.

Proposta n.º 7, Higireal – Serviços de Limpeza, Lda.,

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 113.700,00 €, superior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (64.397,00 €).

Face ao exposto, por incumprimento da alínea d) do n.º 2 do Artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, o Júri considera que a proposta é excluída.





Proposta n.º 8, Euromex – Facility Services, Lda.

O concorrente apresenta a proposta dentro do prazo estabelecido para o efeito, no valor de 64.080,00 €, inferior ao valor base fixado para o procedimento a concurso (64.397,00 €).

Face ao exposto e após a análise dos documentos que instruem a proposta, o Júri considera que os mesmos foram entregues na totalidade e cumprem formalmente o exigido no artigo 8.º do programa de procedimento, pelo que a proposta é admitida.

Apresenta-se o seguinte quadro de concorrentes admitidos e excluídos:

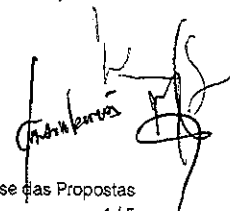
Quadro 2 – Propostas e concorrentes admitidos e excluídos

Proposta n.º	Denominação do Concorrente	Admissão/exclusão das propostas para análise
1	CLECE, S.A.	EXCLUÍDA
2	VADECA FACILITY SERVICES, S.A.	ADMITIDA
3	Aveiclean, Limpeza e Conservação, Lda.	EXCLUÍDA
4	B.B. Facility Services, Unip. Lda	ADMITIDA
5	Vitorino Rodrigues	ADMITIDA
6	SAFIRA FACILITY SERVICES, S.A.	EXCLUÍDA
7	Higireal -Serviços de Limpeza, Lda	EXCLUÍDA
8	Euromex - Facility Services, Lda.	ADMITIDA

Assim, o Júri procedeu à seguinte ordenação das propostas admitidas:

Ordem	Proposta N.º	Concorrente	Preço
1º Classificado	5	Vitorino Rodrigues	57.957,31 €
2º Classificado	2	VADECA FACILITY SERVICES, S.A.	59.280,00 €
3º Classificado	4	B.B. Facility Services, Unip. Lda	60.959,88 €
4º Classificado	8	Euromex - Facility Services, Lda.	64.080,00 €

Em face da ordenação das propostas que foram objeto de análise pelo júri do procedimento, e, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Programa de Procedimento, delibera o mesmo, por unanimidade, propor adjudicação à firma Vitorino Rodrigues, pelo valor de 57.957,31 € (Cinquenta e sete mil novecentos e cinquenta e sete euros e trinta e um cêntimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

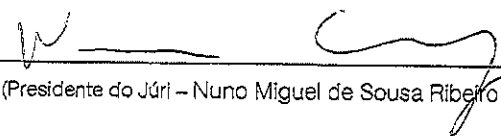



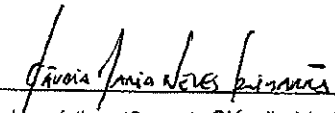
Nos termos do disposto no artigo 123º do CCP, deverá proceder-se à audiência prévia dos concorrentes.

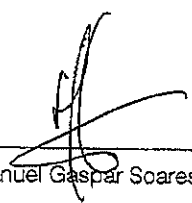
E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrado a presente relatório, que depois de lido e confirmado vai ser assinado pelos membros do júri.

Paços do Concelho, 26 de julho de 2017

O JÚRI DO PROCEDIMENTO,

  
(Presidente do Júri – Nuno Miguel de Sousa Ribeiro Soares)

  
(Membro efetivo - 1º vogal – Cláudia Maria Neves Guimarães)

  
(Membro efetivo – 2º vogal – Manuel Gaspar Soares Cerqueira)




## Município de Arcos de Valdevez

Concurso Público para a *"Aquisição de serviços de limpeza em edifícios municipais afetos à Divisão de Desenvolvimento Sociocultural ano 2017/2018"*

### Exmo. Júri do Concurso

B.B. Facility Services, Lda, concorrente nos autos do Concurso supra identificado, notificada do Relatório Preliminar vem, nos termos e para os efeitos do artigo 123º do CCP, pronunciar-se por escrito em sede do direito de audiência prévia, o que faz nos termos e com os fundamentos seguintes:

1. O Exmo. Júri na avaliação que fez das propostas decidiu admitir as propostas apresentadas pelos seguintes concorrentes e atribuir-lhes a seguinte classificação:

- 1º - Vitorino Rodrigues (adiante VR);
- 2º - Vadeca, Facility Services, SA (adiante Vadeca);
- 3º - B.B. Facility Services, Unipessoal, Lda. (adiante B.B.);
- 4º - Euromex, Facility Services, Lda (adiante Euromex).

### A. DA ADMISSÃO DA PROPOSTA DA VITORINO RODRIGUES

2. Compulsadas as propostas, não pode a concorrente concordar com a admissão da proposta da concorrente VR.

Senão vejamos,

#### A.1 – Dos documentos que instruem a proposta e do modo de apresentação

3. O Programa de Procedimentos dispõe no artigo 8º quais os documentos que instruem a proposta, entre os quais é referido o seguinte: *"Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e*

*[Handwritten signature]*



*dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar...”*

4. A concorrente **VR** não apresenta em qualquer ponto na sua proposta quais os atributos da proposta, nomeadamente no que concerne às “condições de pagamento” e ao prazo de “manutenção da proposta”.

5. Em clara contradição com o disposto no Programa de Procedimento onde é referido “Outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto nº 3 do art.º 57º do CCP”.

6. O que deve determinar a exclusão da sua proposta nos termos do ponto 3 do artº 13º do Programa de Procedimento e artigo 146º nº 2 do CCP.

#### **A.2 – Do documento da proposta de preço (Anexo III)**

7. Um dos documentos a apresentar é “Proposta de Preço, elaborada em conformidade com o modelo apresentado no anexo III ao presente programa de procedimento”

8. Se atentarmos no modelo apresentado nas peças concursais e no documento apresentado pela concorrente **VR** constata-se que esta alterou a redacção do Anexo: refere no seu documento “Declaração de Proposta” que “...propõe-se executar em conformidade com o caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar sem reservas todas as suas cláusulas...”, bem diferente do texto do Anexo III do Programa de Procedimento e que refere “... obriga-se a executar a referida prestação de serviços de harmonia com as peças de procedimento,...”. A conformidade exigida é com todas as peças de procedimento (programa de procedimento, caderno de encargos e anexos) e não apenas com o caderno de encargos.



9. Sendo ainda de salientar que nesse mesmo documento, a concorrente **VR** retirou todo o seguinte parágrafo: *"Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo o que respeita à execução da Adjudicação, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor"*.

10. O que deve determinar a exclusão da sua proposta, o que desde já se requer.

#### **B. DA ADMISSÃO DA PROPOSTA DA VADECA**

11. Analisada a proposta da concorrente **Vadeca** também não pode a concorrente **B.B.** concordar com a sua admissão porquanto a mesma não cumpre o exigido nas peças concursais.

Nomeadamente,

#### **B.1 Artigo 11.º do Programa de Procedimento - Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

12. Nos termos do referido artigo é referido que *"Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas"*.

13. A concorrente **Vadeca** contraria o artigo e vincula a sua proposta ao que refere na página 10 do documento *"Atributos da Proposta"*: *"90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, que se prorroga sucessivamente por períodos de 30 (trinta) dias no caso de, no decurso de cada período, os concorrentes nada declararem em contrário"*.

14. O que deve determinar a exclusão da proposta da concorrente **Vadeca**, o que desde já se requer.

#### **DA COMPARABILIDADE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

15. À contratação pública são especialmente aplicáveis os princípios da transparência, da igualdade e da concorrência, de entre outros.



16. A avaliação e comparabilidade das propostas é pois elemento essencial.

17. O preenchimento de forma igual por todos os concorrentes é pois fundamental.

18. Só assim se permite uma verdadeira comparação das propostas: a comparabilidade das propostas é essencial no âmbito da contratação pública, já que é uma das mais importantes manifestações do Princípio da Concorrência, *“verdadeira trave mestra dos procedimentos concursais”* – cfr. Mário e Rodrigo Esteves de Oliveira “ Concursos e Outros Procedimentos de Adjudicação Administrativa “, (reimpressão) pág. 100 e seg.s.

19. Os mesmos autores escrevem sobre o princípio da comparabilidade: *“Sendo uma mera refração, do ponto de vista da função ou da ratio do procedimento concursal, dos princípios da concorrência e da igualdade, a sua autonomização justifica-se porque, sem possibilidade de confronto entre as candidaturas ou entre as propostas (entre si e com o processo patenteado), isto é, sem possibilidade de fazer funcionar a concorrência nos termos em que esta foi suscitada fica prejudicada a própria finalidade ou função do concurso. Na verdade, fazendo a comparação entre propostas em termos diferentes dos inicialmente previstos — ou, o que é o mesmo, fazendo a comparação quando as propostas respondem a quesitos diversos umas das outras — está-se, afinal, a prescindir da própria concorrência que a Administração suscitou entre os diversos interessados (mais do que a tratá-los desigualmente). Do que se trata, afinal, para que haja uma concorrência real e efectiva é assegurar que todos os concorrentes respondam aos mesmos quesitos e requisitos do concurso (ou a um núcleo básico deles) de modo a possibilitar a plena comparação das propostas, a possibilidade de confrontá-las enquanto respostas contratuais a quesitos idênticos, para se saber, objectiva e imparcialmente, a final, qual o melhor concorrente ou a melhor proposta que o mercado forneceu”*.

20. Pretende-se, com isto, que as propostas apresentadas o sejam em termos de verdadeira igualdade e de possibilidade de comparação.

21. Igualdade que se pretende de acordo com os princípios que pautam a contratação pública.



22. Pretende-se que haja efectiva comparação, sendo necessário confrontar as mesmas realidades.

**Pelo exposto,**

23. O Exmo. Júri, de acordo com o disposto, estava e está legalmente obrigado a propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas das concorrentes **VR** e **Vadeca**.

24. Pelo que se requer que sejam as propostas da **VR** e **Vadeca** excluídas do presente procedimento concursal pelos argumentos e com os fundamentos aduzidos e acima explanados e **que seja elaborado novo relatório que exclua as propostas das concorrentes mencionadas e**

25. Que se proceda à reclassificação das restantes, com a classificação da proposta da **B.B.** em primeiro lugar.

**Pelo exposto, requer-se a V. Exas., se digne revogar a decisão constante do Relatório Preliminar, devendo ser substituída por outra que decida pela exclusão das concorrentes VR e Vadeca e reclassifique as propostas dos outros concorrentes admitidos a concurso e determine a classificação da proposta da B.B. em 1º lugar com a consequente adjudicação.**

**B.B. Facility Services, Lda**

FABIANA ANDREIA DA SILVA VIEIRA BARBOSA  
Assinado de forma digital por  
FABIANA ANDREIA DA SILVA VIEIRA  
BARBOSA  
Dados: 2017.07.31 11:18:41 +01'00'